

FONSECA, Ivonildes da Silva; SILVA, Vaneide Lima (Orgs). **Democratização do Ensino Superior**: equilibrando igualdade e diferença. Campina Grande: EDUEPB, 2022. 165p.

Vilma Helena Malaquias¹

Ana Cláudia da Silva Rodrigues²

Rafael Ferreira de Souza Honorato³

A coletânea de artigos, palestras e relatos de experiência intitulada “Democratização do Ensino Superior na UEPB: equilibrando igualdade e diferença”, organizada pelas professoras Ivonildes da Silva Fonseca e Vaneide Lima Silva, reúne uma variedade de perspectivas e abordagens sobre a democratização do ensino superior, especialmente na Universidade Estadual da Paraíba. Os autores, formados por pesquisadores, docentes, ativistas, discentes e técnicos, compartilham um compromisso com a política de cotas e a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

O livro é dividido em três seções que abordam diferentes aspectos da democratização do ensino superior na UEPB. Todos os artigos e relatos de experiência se concentram em garantir direitos às pessoas negras, indígenas, ciganas, quilombolas, trans e pessoas com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação na universidade. Os autores defendem a importância da ação afirmativa

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora nas Redes Municipais de Ensino do Bayeux e Conde. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3917-7327>. E-mail: vilmaletramento@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6621-1861>. E-mail: anaclaudia@ce.ufpb.br.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Experiências Escolares (GEPCEE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>. E-mail: rafaelhono@gmail.com.

na universidade pública para promover a inclusão social e a cidadania, bem como para garantir a dignidade da comunidade estudantil.

As políticas de cotas para o ensino superior no Brasil tiveram início em meados dos anos 2000, quando algumas universidades públicas adotaram políticas afirmativas com o objetivo de incluir estudantes de escolas públicas e de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e pessoas com deficiência. Em 2002, a Universidade de Brasília (UnB) foi pioneira ao reservar 20% das vagas para estudantes negros e 10% para indígenas e estudantes de escolas públicas.

Posteriormente, em 2010, o governo federal criou o Programa Universidade para Todos (Prouni), que concedeu bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda. No mesmo ano, aprovou-se a Lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e estabeleceu medidas para combater a discriminação racial, como a adoção de cotas para negros e indígenas em concursos públicos.

Mais tarde, em 2012, aprovou-se a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que estabeleceu a reserva de vagas em instituições públicas de ensino superior para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência. A legislação estabelece que pelo menos 50% das vagas devem ser reservadas para esses grupos, proporcionalmente à sua presença na população do estado onde a instituição está localizada. Além disso, a Lei de Cotas prevê a criação de programas de acompanhamento e apoio aos estudantes cotistas.

Considerando esse histórico a obra destaca a evolução da UEPB em relação às políticas de inclusão na educação e destaca a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN nº 9394/96) para a garantia do direito à educação para todos. O engajamento da universidade em ações afirmativas e políticas de inclusão é fundamental para torná-la mais representativa e equitativa. Em suma, o livro é uma importante contribuição para o debate sobre democratização do ensino superior e uma leitura recomendada para todos que se preocupam com a inclusão social e o direito à educação.

Antes da apresentação a obra começa com um poema de Josenildo Maria de Lima que aborda a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871 no Brasil, que supostamente libertou os filhos de escravos, mas na prática apenas os submeteu a uma vida de exploração e privação de direitos. O autor utiliza a poesia para criticar a situação atual da população negra e carente do país, mostrando a falta de liberdade e exploração que os negros sofreram na época da escravidão, mesmo após a promulgação dessa lei. Além disso, o poema denuncia a falta de políticas públicas efetivas para garantir a liberdade e os direitos do povo negro e indígena no Brasil, defendendo a importância da educação e da inclusão social como forma de reparação histórica e construção de um futuro mais justo.

Inaugurando a seção artigos, o texto "Rompendo o Silêncio: por uma contextualização das políticas de ação afirmativa na educação superior", da professora Melânia Nóbrega Pereira de Farias apresenta uma revisão bibliográfica das políticas de ação afirmativa na educação superior pública brasileira. A autora destaca que há resistência à implementação de cotas, tanto nas instituições quanto na sociedade, o que nos faz refletir que o debate sobre o tema é socialmente tenso. Suas reflexões focalizam a questão étnico-racial e apresentam dados sobre a implementação de ações afirmativas em universidades estaduais e federais que adotam políticas de cotas.

As autoras Ivonildes da Silva Fonseca, Celia Regina Diniz e Núbia Nascimento Martins continuam a discussão com o texto "A Universidade Estadual da Paraíba e a Diversidade Humana: reformulação de ação afirmativa na modalidade de cotas", que descreve o processo teórico-prático de reestruturação das ações afirmativas na UEPB. Para os autores, a instituição pública de ensino superior, ao reconhecer o lugar de pessoas histórica e socialmente excluídas nos cursos de graduação e pós-graduação, cumpre sua função social em favor de indígenas, ciganos, negros, quilombolas, deficientes e transgêneros.

O último artigo da primeira seção, "Políticas de ações afirmativas na UEPB: das cotas sociais à reserva de vagas para pessoas vulneráveis", de Waldeci Ferreira Chagas, Vaneide Lima Silva e Josenildo Maria de Lima, perfaz a trajetória histórica das políticas

de ação afirmativa na instituição pública, desde a implementação inicial das cotas sociais até a ampliação das vagas reservadas para contemplar pessoas vulneráveis. O texto destaca a importância dessa política na UEPB, especialmente na inclusão de estudantes remanescentes da escola pública de nível fundamental e, em sua expansão, para todos os cidadãos na mesma situação de vulnerabilidade.

Em geral, os artigos apresentam um panorama da política de cotas na UEPB e sua evolução ao longo dos anos, destacando a importância da inclusão de grupos historicamente excluídos do ensino superior. Além disso, os autores mostram a resistência ainda presente na sociedade e nas instituições de ensino, que torna o debate sobre o tema tenso e controverso. No entanto, fica clara a postura responsável e engajada da UEPB para com as políticas de inclusão na educação.

A segunda parte do livro traz transcrições de palestras realizadas em seminários e fóruns promovidos pela equipe gestora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pela gestão estudantil e pela assessoria jurídica. Destaca-se o I Seminário, que contou com a participação da Ministra da Igualdade Racial, a professora Nilma Lino Gomes, e cujos debates resultaram em outros eventos em prol de uma política de inclusão na universidade.

Um dos pontos abordados nesta parte do livro é a inclusão de pessoas com deficiência na universidade por meio de cotas. O autor Alindemberg de Araújo Oliveira reflete sobre a política de ação afirmativa e a inclusão dessas pessoas nos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela UEPB. Ele destaca a importância dos textos normativos que permitiram o acesso desse público à universidade, mas também ressalta a necessidade de aprimorar a acessibilidade atitudinal e arquitetônica para ampliar ainda mais as políticas de inclusão na educação superior.

Outro tema discutido nesta parte do livro é o acesso à universidade para populações historicamente vulneráveis, como as populações trans e travestis. A pesquisadora Ayune Soares apresenta estudos e experiências que contribuíram para organizar o movimento dessas populações em níveis locais, nacionais e internacionais e defende a inclusão delas na pauta das políticas de

ação afirmativa. Ela destaca a transfobia como um obstáculo que afeta essas pessoas em diversos momentos, desde o ensino fundamental até a dificuldade de permanência nos segmentos de produção de conhecimento. Ayune Soares enfatiza a importância de que essas populações ocupem espaços de produção de conhecimento para fortalecer sua permanência nos espaços almeçados, e ressalta a necessidade de desenvolver políticas inclusivas e afirmativas para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso pleno dessas populações à universidade.

O livro apresenta, em sua terceira parte, relatos de experiências de dois professores que compartilham de uma trajetória acadêmica marcada por lutas para conquistar um lugar no Estado de direito em condições de igualdade. Ambos descrevem suas dificuldades para intensificar, na construção de saber, forças para que novos grupos fossem se formando e adquirindo autonomia. O espaço proporcionado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) foi fundamental para a professora Alcione Ferreira da Silva consolidar suas narrativas e entender que as mulheres negras são frequentemente excluídas dos cursos de graduação no ensino superior. Seu relato enfatiza a importância da capacitação docente direcionada à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Já o relato do professor Manoel Antonio Gordón-Núñez aborda sua trajetória de vida enquanto ser humano sensível aos princípios das relações raciais na educação e coloca-o como protagonista do sonho de crescer como um ser humano afetivo, capaz de romper as barreiras do preconceito racial pelo poder transformador da educação.

O último texto dos relatos de experiência, da professora Elielma Machado, apresenta reflexões, debates e narrativas sobre o movimento das políticas de ação afirmativa, com ênfase para os procedimentos de estudantes que ingressam no ensino superior por reserva de vagas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). No geral, o livro retrata a luta de professores e estudantes por inclusão e igualdade no ensino superior, bem como o papel das políticas de ação afirmativa na promoção de mudanças nesse cenário.

Nesse sentido, a coletânea se torna uma importante contribuição para o debate sobre a Democratização do Ensino Superior não só na UEPB. Além disso, a obra ajuda a dar visibilidade à agenda das políticas públicas educacionais que buscam promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os grupos sociais. Convidamos o leitor a conhecer os artigos, transcrições e relatos e se inteirar do debate que é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, o livro em questão apresenta as lutas para conquistar Ensino Superior em condições de igualdade. As experiências/vivências desses professores evidenciam a importância das ações afirmativas na promoção da inclusão e democratização do acesso à educação. As discussões profícuas desenvolvidas na obra enfatizam a necessidade de fortalecimento dessas políticas de cotas nas universidades brasileiras, que visam superar quaisquer aspectos de exclusão de conhecimento entre as pessoas, sejam elas por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero ou outros.

Recebido em: *Maio/ 2023*.

Aprovado em: *Setembro/ 2023*.